



Síntese de Legislação

Nº 9 | De 23-04-2026 a 06-05-2026



LEGISLAÇÃO NACIONAL

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 79/2013, DE 11 DE JUNHO, QUE ESTABELECE REGRAS RELATIVAS À RESTRIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE DETERMINADAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÓNICOS

[Decreto-Lei n.º 88/2026- Diário da República n.º 79/2026, de 23 de abril de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva Delegada +UE) 2025/2364, no respeitante a uma isenção aplicável ao chumbo como elemento de liga em aço, alumínio e cobre.

PROCEDE À REVISÃO E FIXAÇÃO DAS TAXAS UNITÁRIAS DO IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

[Portaria n.º 193-A/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 80/2026](#)

Procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

REFORÇA O DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS PROTEÇÕES AO CONSUMIDOR NA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS RELACIONADOS COM CRÉDITOS

[Lei n.º 14/2026- Diário da República n.º 81/2026, de 27 de abril de 2026](#)

Reforça o direito ao esquecimento e as proteções ao consumidor na contratação de seguros relacionados com créditos, alterando a Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, o Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, e o Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro.

APROVA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 2026-2027

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 75-A/2026- Suplemento do Diário da República n.º 81/2026](#)

Aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2026-2027.

PROCEDE À SEGUNDA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 176-B/2024/1, DE 30 DE JULHO, QUE APROVA O REGULAMENTO DO SISTEMA DE INCENTIVO ÀS EMPRESAS «FLEXIBILIDADE DA REDE E ARMAZENAMENTO»

[Portaria n.º 202/2026/1- Diário da República n.º 82/2026, de 28 de abril de 2026](#)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 176-B/2024/1, de 30 de julho, que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivo às Empresas «Flexibilidade da Rede e Armazenamento», inserido no investimento RP-C21-i08 do Plano de Recuperação e Resiliência.

Síntese de Legislação

PRIMEIRA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 481/2025/1, DE 31 DE DEZEMBRO

[Portaria n.º 203-A/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 82/2026](#)

Primeira alteração à Portaria n.º 481/2025/1, de 31 de dezembro, que estabelece o regime de apoio à realização de investimentos em equipamentos e infraestruturas na área da eficiência energética, produção e armazenamento de energia, previstos no n.º 6 do Despacho n.º 14805-B/2025, de 12 de dezembro.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 61/2021, DE 21 DE JULHO

[Decreto-Lei n.º 92/2026- Diário da República n.º 83/2026, de 29 de abril de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 61/2021, de 21 de julho, que procede ao reconhecimento de interesse público de três instituições de ensino superior privadas.

PROCEDE À PRIMEIRA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 150/2023, DE 5 DE JUNHO

[Portaria n.º 204/2026/1- Diário da República n.º 83/2026, de 29 de abril de 2026](#)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 150/2023, de 5 de junho, alterando o valor do apoio financeiro a conceder a alunos das escolas particulares de educação especial.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 21/2025, DE 18 DE MARÇO, QUE APROVA O ESTATUTO DA CARREIRA DIPLOMÁTICA

[Decreto-Lei n.º 93/2026- Diário da República n.º 84/2026, de 30 de abril de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 21/2025, de 18 de março, que aprova o estatuto da carreira diplomática.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 62/2020, DE 28 DE AGOSTO, QUE ESTABELECE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE GÁS E O RESPETIVO REGIME JURÍDICO

[Decreto-Lei n.º 94/2026- Diário da República n.º 84/2026, de 30 de abril de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico e procede à transposição parcial da Diretiva (UE) 2024/1788 e da Diretiva (UE) 2023/1791, relativas a regras comuns para os mercados internos do gás renovável, do gás natural, do hidrogénio e para eficiência energética.

ALTERA AS ORGÂNICAS DA CASA PIA DE LISBOA, I. P., E DA COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

[Decreto-Lei n.º 95/2026- Diário da República n.º 84/2026, de 30 de abril de 2026](#)

Altera as orgânicas da Casa Pia de Lisboa, I. P., e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Síntese de Legislação

PROCEDE, PARA O ANO DE 2026, À IDENTIFICAÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES COSTEIRAS E DE TRANSIÇÃO E DAS ÁGUAS BALNEARES INTERIORES, FIXANDO AS RESPECTIVAS ÉPOCAS BALNEARES

[Portaria n.º 204-A/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 84/2026](#)

Procede, para o ano de 2026, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores.

PROCEDE À REVISÃO E FIXAÇÃO DAS TAXAS UNITÁRIAS DO IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

[Portaria n.º 204-B/2026/1- Suplemento do Diário da República n.º 84/2026](#)

Procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

ALTERA O DECRETO-LEI N.º 113/2013, DE 7 DE AGOSTO,

[Decreto-Lei n.º 96/2026- Diário da República n.º 85/2026, de 4 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto, e transpõe a Diretiva Delegada (UE) 2024/1262, relativa à proteção dos animais utilizados para fins científicos.

ESTABELECE UM REGIME EXCECIONAL DE INCENTIVOS, APLICÁVEL À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ASSISTENCIAL CIRÚRGICA, NAS UNIDADES DE SAÚDE HOSPITALARES

[Portaria n.º 205/2026/1- Diário da República n.º 85/2026, de 4 de maio de 2026](#)

Estabelece um regime excecional de incentivos, aplicável à recuperação da atividade assistencial cirúrgica, nas unidades de saúde hospitalares, para resolução das listas de espera dos utentes para tratamento de cirurgia cardíaca, fora dos tempos máximos de respostas garantidos (TMRG).

APROVA A LISTA DOS DISPOSITIVOS MÉDICOS DE USO ÚNICO CUJO REPROCESSAMENTO É PROIBIDO

[Portaria n.º 206/2026/1- Diário da República n.º 86/2026, de 5 de maio de 2026](#)

Aprova a lista dos dispositivos médicos de uso único cujo reprocessamento é proibido.

Síntese de Legislação

LEGISLAÇÃO EUEOPEIA

FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: PRODUTOS FEITOS COM TRABALHO FORÇADO

[Regulamento de Execução \(UE\) 2026/903 da Comissão, JO L, 2026/903, 27.4.2026](#)

Especifica os pormenores e as funcionalidades do sistema de informação e comunicação a utilizar para efeitos do Regulamento (UE) 2024/3015, relativo à proibição de produtos feitos com trabalho forçado no mercado da União. O diploma cria, no ICSMS, um módulo específico para o trabalho forçado, destinado a assegurar a troca de informação entre a Comissão, os Estados-Membros, as autoridades competentes e, quando aplicável, as autoridades aduaneiras.

VALORES-LIMITE ANUAIS DE REMOÇÕES LÍQUIDAS DE GEE 2026 A 2029

[Regulamento de Execução \(UE\) 2026/893 da Comissão, JO L, 2026/893, 27.4.2026](#)

Estabelece os valores-limite anuais de remoções líquidas de gases com efeito de estufa dos Estados-Membros para o período de 2026 a 2029, no âmbito do regime europeu relativo ao uso do solo, alteração do uso do solo e florestas. O diploma fixa, em anexo, a trajetória anual aplicável a cada Estado-Membro, densificando os objetivos de remoção líquida relevantes para a ação climática, neutralidade carbónica e acompanhamento das políticas nacionais relativas a solos, florestas e gestão territorial.

Sessão Técnica Online
**Carbono como Oportunidade:
O Mercado Voluntário**
12 de maio às 11h00
Participação gratuita, sujeita a inscrição!

António Casimiro
Diretor de Sustentabilidade, Ambiente e Energia da AIP

ORGANIZAÇÃO AIP
market access